

ARTICULOS / ARTICLES

O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil ⁽¹⁾

The rural after the exodus: the implications of the depopulation of the fields in Arroio do Só - Santa Maria/RS, Brazil

Fabrizio Teló

Universidade Federal de Santa Maria. Brasil
fabriciotelo@hotmail.com

Cesar De David

Universidade Federal de Santa Maria. Brasil
cdedavid2009@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apreender as transformações socioespaciais decorrentes do processo de despovoamento dos campos e seus reflexos sobre a paisagem rural do distrito de Arroio do Só, em Santa Maria – RS. Para isso buscou-se identificar as mudanças no modo de vida da população rural, suas atividades e relações e compreender como se deu esse processo, suas causas e suas repercussões na qualidade de vida e na estrutura social da população que permaneceu no local. A discussão sobre a modernização da agricultura é fundamental para a compreensão desse processo. Esse distrito foi escolhido como local de pesquisa por ser uma localidade que, no passado tinha um grande dinamismo socioeconômico, e agora, em função das falências das várias empresas e da consequente emigração de grande parte da população, a dinâmica socioespacial sofreu alterações. Foram coletados dados de fonte secundária da FIBGE e FEE, a fim de periodizar as dinâmicas demográficas do distrito, do município e do Estado. A pesquisa qualitativa foi realizada através de entrevistas com os sujeitos do campo e seus representantes, com auxílio do Diário de Campo.

Palavras-Chave: êxodo rural, masculinização, envelhecimento, arroio do só - Santa Maria/RS.

Abstract

This study aims to understand the sociospatial transformations resulting from the depopulation of the fields and their effects on the rural landscape of Arroio do Só in Santa Maria - RS. To this end, we attempted to identify changes in the way of life of rural people, their activities and relationships and understand how this process has occurred, its causes and its impact on quality of life and social structure of the population that remained in place. The discussion on the modernization of agriculture is key to understanding this process. This district was chosen as a research site because it is a town that, in the past, had a very big socioeconomic dynamism, and now, according to the bankruptcy of several companies and the consequent emigration of much of the population, the sociospatial dynamic has changed. It was collected data from a secondary source of FIBGE and FEE in order to periodize population dynamics of the district, county and state. The qualitative research was conducted through interviews with the subjects in the field and their representatives, with the help of the Field Diary.

Key-Words: rural exodus, masculinization, aging, arroio do só - Santa Maria/rs.



1. Introdução

Este trabalho objetiva apreender as transformações socioespaciais decorrentes do processo de despovoamento do campo e seus reflexos sobre a paisagem rural do distrito de Arroio do Só, situado no município de Santa Maria/RS. Para isso, buscou-se periodizar a dinâmica populacional e econômica do estado e do município, identificando os momentos que explicam o fenômeno do despovoamento dos campos. São analisadas as consequências do êxodo rural e do declínio econômico no espaço rural, bem como são identificadas propostas apontadas pelos moradores do distrito e autoridades locais.

A pesquisa fundamentou-se na hipótese de que a drástica diminuição da população do campo foi responsável por alterações profundas na dinâmica produtiva do espaço rural, assim como na política e na cultura, refletindo-se no modo de vida das pessoas que permaneceram no campo, inclusive alterando suas próprias percepções a respeito do espaço-tempo em que vivem e trabalham. As ferramentas metodológicas utilizadas foram a coleta de dados secundários através de institutos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a FEE (Federação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul), a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa e o uso do Diário de Campo. Para Gaskell (2002: 65), “a compreensão do mundo da vida dos entrevistados e dos grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”.

Para Boni e Quaresma (2005), só a entrevista é capaz de obter dados subjetivos dos sujeitos sociais, tais como valores, opiniões, formas de enxergar os fatos. A entrevista semi-estruturada se baseia em um roteiro de questões a serem levantadas e postas à avaliação do entrevistado. Foram realizadas 30 entrevistas com moradores de diferentes localidades do Distrito. Na sede do distrito, foram aplicadas 10 entrevistas, outras cinco na localidade Rincão Nossa Senhora Aparecida, cinco na localidade de Tronqueiras, quatro no Alto dos Mário, três na Água Boa e outras três na Água Boa II. O Diário de Campo foi um instrumento utilizado para registrar as informações relevantes adquiridas nos trabalhos de campo, no convívio com a realidade dos sujeitos, além do momento das entrevistas, uma vez que há diversos elementos da realidade que não são evidenciados pelos sujeitos em suas falas.

2. O processo de despovoamento dos campos no Brasil

Para Martine (1987: 59), “(...) a distribuição espacial da população numa sociedade reflete as formas de organização se sua produção num determinado momento histórico”. O profundo processo de despovoamento de Arroio do Só, nesse aspecto, também está ligado a um processo maior, que abrange boa parte do mundo e que, no Brasil, se intensificou com o processo de industrialização, no início do século passado, momento em que as relações

capitalistas de produção passaram a se fazer mais presentes, tanto no urbano quanto no rural.

Em 1940, o Brasil era um país predominantemente agrícola: aproximadamente dois terços da população viviam no campo. A taxa de urbanização era de 31,23% (IBGE, 1940). Desde então, o país vem passando por um forte processo de elevação dessa taxa, chegando ao censo demográfico de 2010 com 84,36% de sua população residindo no espaço urbano.

A década de 1970 é o divisor de águas em termos populacionais no Brasil. Até esse período a população rural, em termos absolutos, crescia e era majoritária no país, ao passo que a urbana aumentava, porém ainda em menor número. Foi nesse período que a população urbana passou a ser maior que a rural, e esta passou a diminuir inclusive em termos absolutos (até 1970 a população rural decrescia relativamente). Esse processo está intrinsecamente ligado à Revolução Verde, ou seja, a importação do pacote tecnológico dos países desenvolvidos, cuja base era a mecanização, a adubação química e o cultivo com agrotóxicos, que reduziu drasticamente o emprego agrícola.

A relação desse processo com a questão do despovoamento dos campos está no fato de que este pacote estava destinado aos médios e grandes produtores que conseguiam crédito agrícola subsidiado. O problema é que, para conseguir tais créditos, foi preciso oferecer, como garantia de quitação do financiamento, a propriedade da terra. Assim, os camponeses que não a possuíam não tinham condições de se integrar a esse pacote, restando a alternativa de migrar à cidade para trabalhar como operário nas indústrias. A terra, então, além de tornar-se mercadoria, passou a ser instrumento de especulação financeira: quem tem capital em forma de terra tem possibilidades e oportunidades que posseiros, peões e camponeses, com pouca terra, não têm (Martine, 1987).

Compare a evolução da população rural e urbana brasileira a partir da figura a seguir

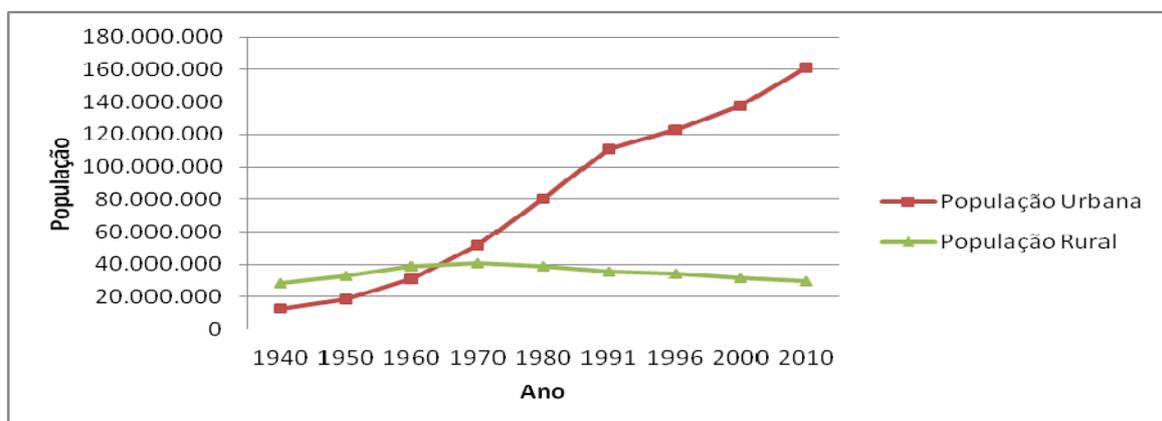


Figura 1 - População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2010

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011.

No Rio Grande do Sul a dinâmica populacional foi semelhante, conforme indica a Figura 2:

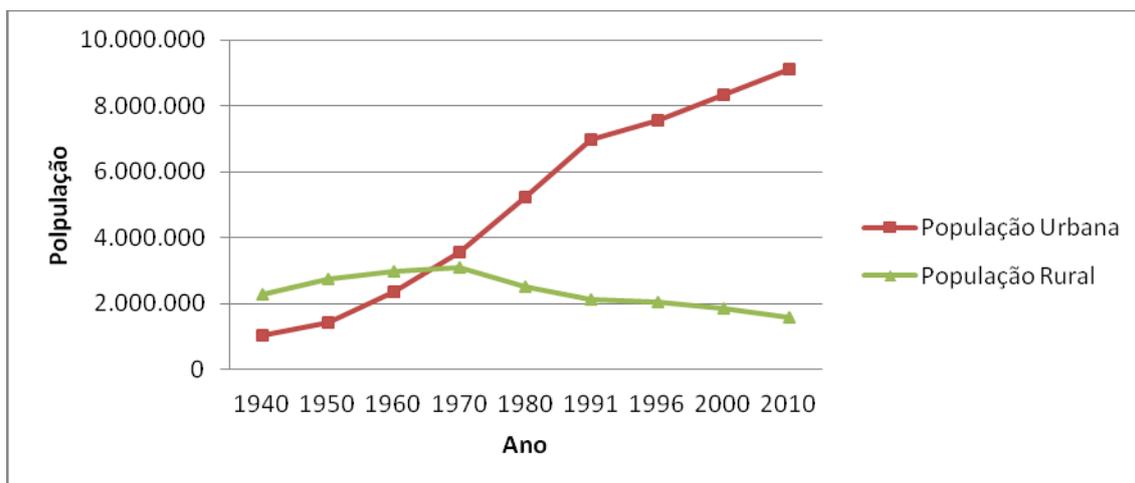


Figura 2 - População Rural e Urbana do Rio Grande do Sul de 1970 a 2010

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011 e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: www.fee.tche.br/sitefee/pt/content. Acesso em 07/05/2010

No município de Santa Maria, conforme demonstra o gráfico a seguir (Figura 3), o despovoamento dos campos ocorreu de forma ainda mais acentuada do que o contexto estadual e nacional:

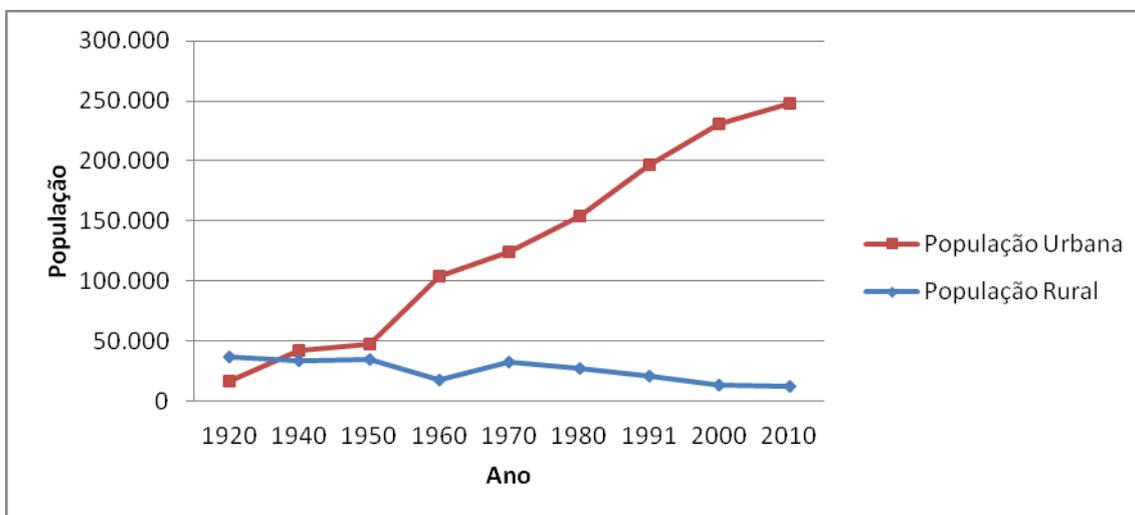


Figura 3 - População Urbana e Rural de Santa Maria de 1920 a 2010

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011.

É possível perceber que de 1920 a 1950 a população rural do município vinha se mantendo estável com leves alterações. Já durante a década de 1950, notamos um decréscimo de 50% na população rural. Isso, provavelmente, tenha ocorrido em função da criação da Universidade Federal de Santa Maria, a qual demandou muita mão-de-obra para a

construção dos prédios, dando um salto na oferta de emprego urbano no município. Na década seguinte, observou-se um retorno ao campo e, posteriormente uma gradativa queda na sua população, supostamente ocasionada pela modernização agrícola. Outra fase de queda drástica na população foi a década de 1990 (quase 50%). Comparando-se a dinâmica populacional de Santa Maria com as do Rio Grande do Sul e do Brasil, constata-se que nestes dois últimos, a década em que a população urbana passou a ser maior que a rural foi durante os anos de 1960, ao passo que em Santa Maria, esse processo ocorreu ainda mais cedo. Foi durante a década de 1950. O gráfico a seguir (Figura 4) apresenta as diferentes taxas de urbanização desde o nível nacional até municipal de 1940 a 2010, demonstrando que Santa Maria, desde aquele período, vem mantendo sua taxa de urbanização acima das médias estadual e nacional:

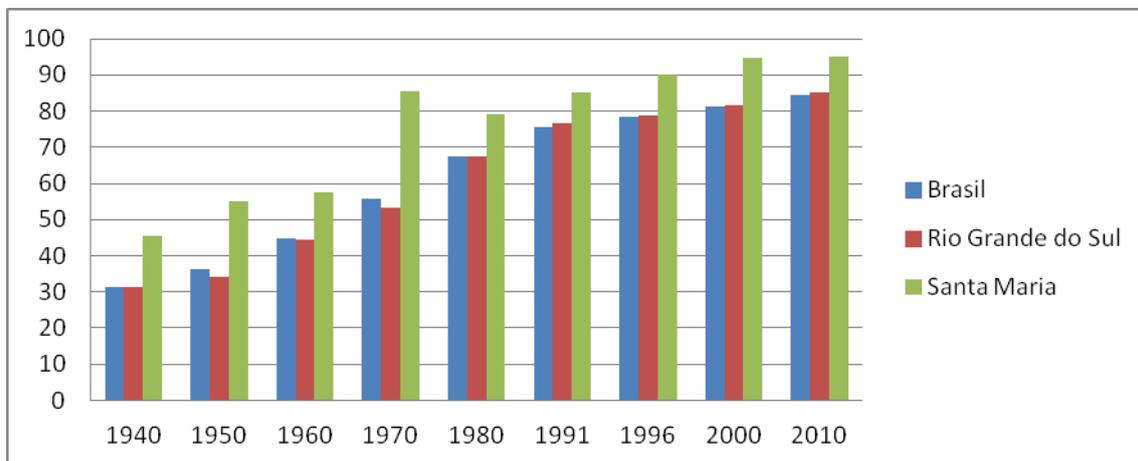


Figura 4 - Taxas de Urbanização (%) do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Maria, de 1940 a 2010
 Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011.

A relação feita por Martine (1987), portanto, entre o desenvolvimentismo e o processo de urbanização do país faz todo sentido. Foi durante os anos 1930, com Getúlio Vargas, que esse tipo de política passou a ser implementada. Até então, provavelmente a taxa de urbanização do país fosse menor do que 20%. Desde então, tendo em vista que tais autoridades políticas defendiam a industrialização como principal mecanismo de promoção do desenvolvimento, a população rural passou a ser incentivada a migrar para as cidades a fim de servir como mão-de-obra nas novas indústrias que estavam se instalando. O desenvolvimentismo, portanto, foi a principal causa direta e indireta do êxodo rural brasileiro. Foi uma causa indireta porque a modernização da agricultura também foi um dos principais fatores. Todavia essa modernização é também consequência das políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos brasileiros desde os anos 1930.

3. A masculinização e o envelhecimento da população do campo

Abramovay e Camarano (1999) percebem como consequência do êxodo um processo de envelhecimento e masculinização do campo. O primeiro é causado pelo fato de que a maioria das pessoas que migram é composta por jovens, que saem para estudar e construir sua vida no meio urbano. Já a presença maior de homens no campo é explicada por vários motivos: inicialmente o êxodo maior era masculino, porque as mulheres tinham dificuldade para encontrar emprego nas fábricas. Com o tempo, as atividades terciárias urbanas se abrem também para o trabalho feminino, abrindo possibilidades de as mulheres também tentarem uma nova vida na cidade.

Outro fator que contribuiu para isso foi o patriarcalismo muito presente na cultura do campo no Brasil, o que estimula a saída das mulheres, porque elas não têm independência financeira e, frequentemente, são obrigadas a seguir o que o marido determina. O entendimento de patriarcalismo que este trabalho utiliza é aquele proposto por Saffioti (1987: 16): “um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” e promove diversas formas de violência (física ou simbólica) às mulheres, a que a autora chama de violência de gênero. Ainda segundo os autores, há uma tendência entre os jovens: a maior parte dos migrantes são moças que vão estudar na cidade, enquanto os rapazes permanecem trabalhando no campo.

Tudo isso traz sérias consequências ao rural como um todo. O número de homens solteiros no campo, por exemplo, é muito alto, dificultando inclusive a reprodução populacional dos que permanecem no interior. Falando da atual estrutura social do rural, Abramovay e Camarano (1999: 15) afirmam: “O envelhecimento e a masculinização são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio”. No espaço rural brasileiro, percebe-se um aumento gradativo no percentual de homens em relação às mulheres, nos últimos anos. Em 1970 havia 2,81% homens a mais que mulheres. Dez anos depois o percentual passou para 3,16%; em 1991 para 3,98%; no ano 2000 passou para 4,82% e em 2010, chegou-se aos 5,24%, ou seja, cada vez mais mulheres deixam o campo, que se torna um espaço eminentemente masculino.

No Rio Grande do Sul, em 1970, o espaço rural já estava mais masculinizado. O percentual era de 3,40%. Em 1980 passou para 4,16% e em 1991 para 4,48%. Até esse período o aumento foi gradativo. Já no ano 2000, o percentual de homens a mais que mulheres teve uma leve queda, passando para 4,42%, voltando a aumentar em 2010, com 4,70% de homens a mais que mulheres.

No município de Santa Maria a dinâmica da masculinização ocorreu de forma diferenciada. De 1970 a 2010, o percentual de homens a mais que mulheres no espaço rural passou pelos seguintes números, conforme os censos demográficos: 2,68% (IBGE, 1970); 4,12% (IBGE, 1980); 4,40% (IBGE, 1991); 2,68% (IBGE, 2000); 2,96% (IBGE, 2010), ou seja, até a

década de 1990 houve um aumento da emigração feminina. Desse período em diante, a intensidade desse processo diminuiu. Isso quer dizer que em Santa Maria, também os homens, majoritariamente jovens, optaram pela migração.

Arroio do Só, nos anos 1990, acompanhou a tendência do município de diminuição da diferença entre homens e mulheres. De acordo com os dados dos censos demográficos, o processo de masculinização do campo ocorreu com maior intensidade no período anterior ao censo demográfico de 1991 ⁽²⁾, o qual detectou a quantidade de 935 homens e 846 mulheres residindo no distrito (a quantidade de homens era 4,98% maior), ao passo que o censo do ano 2000 identificou 563 homens e 564 mulheres (praticamente não havia diferença). Já o último censo (IBGE, 2010) encontrou no distrito 478 homens e 466 mulheres, o que demonstra que o processo de masculinização do campo voltou a ocorrer no distrito (tal como ocorreu no município), gerando um percentual de 1,26% a mais de homens.

Ao levarmos em conta a diferenciação interna rural-urbana do distrito feita pelo IBGE ⁽³⁾, também há masculinização. No meio rural do distrito, em 1991 havia 5,81% homens a mais que mulheres, diminuindo para 2,16% em 2000 e voltando a aumentar em 2010 para 2,90%. Apesar de este ser um percentual baixo, é necessário levar em conta que em geral a população total feminina é maior que a masculina. No Brasil existem 2,06% mulheres a mais que homens e no Rio Grande do Sul 2,65% (IBGE, 2010), o que demonstra que também em Arroio do Só há masculinização do campo. O gráfico a seguir (Figura 5) demonstra as diferentes taxas de masculinização do campo (porcentagem de homens a mais que mulheres) em nível nacional, estadual e municipal.

Por seu turno, o aumento do número de pessoas idosas (pessoa com 60 anos ou mais), apesar de ocorrer com maior intensidade no campo, não é um fenômeno exclusivo dele. No Brasil, no ano 2000, 8,56% da população era idosa. Já em 2010, esse percentual passou para 12,33%. O envelhecimento do campo, porém, tem se intensificado: em 2000, o percentual de idosos no meio rural (8,51%) era até inferior ao mesmo percentual no meio urbano (8,57%), ao passo que em 2010, o rural ficou com 12,43% de sua população idosa e o urbano com 12,31%.

No Rio Grande do Sul, ainda no ano 2000, a taxa de envelhecimento da população já era maior que a do Brasil. Contava-se com 10,45% da população gaúcha com 60 anos ou mais. Em 2010, esse percentual aumentou para 15,53%. Nesse sentido, o envelhecimento do campo no estado foi mais intenso do que no país: de 12,66%, em 2000, o percentual de idosos no campo passou para 19,22% em 2010, um aumento de 6,56%. Em Santa Maria, esse processo ocorreu de forma ainda mais intensa. Em 2000, o percentual de idosos no campo era de 13,89%, sendo que em 2010, essa porcentagem passou para 20,55%.

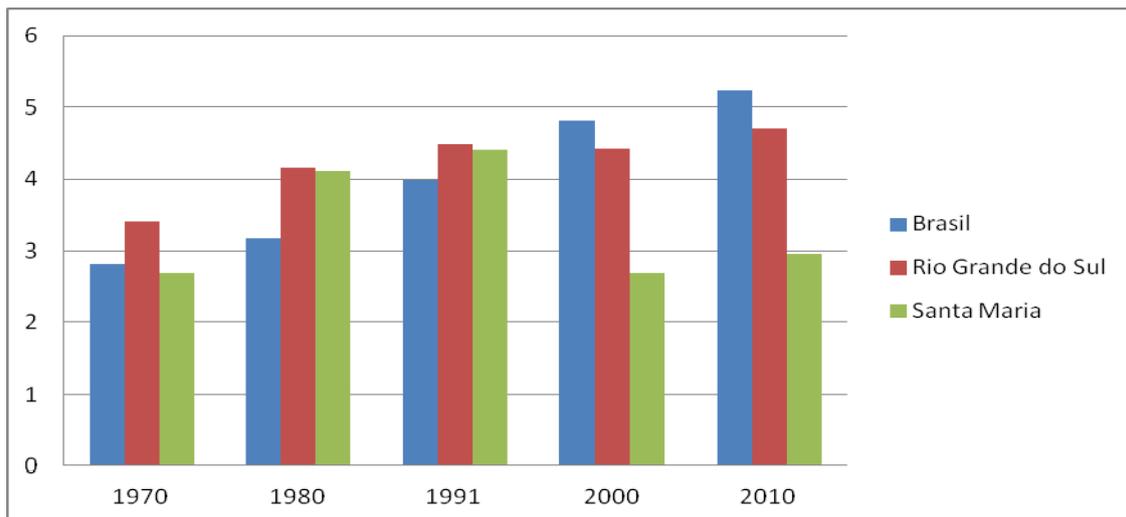


Figura 5 - Taxa de masculinização do campo no Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Maria, de 1970 a 2010

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011.

O distrito de Arroio do Só, no que se refere ao processo de envelhecimento do campo ganha evidência. Ainda em 2000, já havia 18,10% da população com 60 anos ou mais. Em 2010, o percentual passou para 27,43%, um aumento de 9,33%. Isso demonstra que as famílias que “já fizeram a vida” e já possuem alguma estabilidade financeira conseguem permanecer no campo e reproduzir sua condição de sujeitos do rural, ao passo que a população jovem, que precisa “construir” a vida, não vê perspectivas de futuro na agricultura ou no rural, restando como alternativa, a migração para as cidades.

Levando-se ainda em conta a diferenciação rural-urbana interna do distrito, o aumento do envelhecimento do campo é ainda maior no espaço rural de Arroio do Só. Em 2000 havia 18,67% de idosos. Em 2010, 31,14%, um aumento de 12,47%. Talvez seja por isso que, quando questionados sobre o futuro do distrito, a maioria dos entrevistados foi pessimista em suas respostas ao afirmarem que o distrito está fadado ao declínio constante, pois este se tornou um espaço de velhos.

Uma consequência do envelhecimento da população do campo, percebida no distrito é a formação dos grupos da terceira idade. Eles servem como principal forma de lazer da população idosa. É através desses grupos que os idosos se reúnem para conversar, organizar encontros, bailes, viagens, torneios, enfim para se divertir. Para essa parcela da população, que atualmente constituem a maioria no distrito, as atividades de lazer são criadas, porque existem as condições mínimas para tal. Isso demonstra que a pouca demanda por lazer para os jovens paulatinamente suprime as formas de lazer específicas para a juventude, fazendo com que esta seja obrigada a procurar outros locais para poder se divertir.

Constata-se, assim, a presença de uma população camponesa cada vez mais reduzida, masculinizada e envelhecida. Essa condição social advém do êxodo majoritário de mulheres e jovens e, ao mesmo tempo, contribui para que os jovens (rapazes e moças) abandonem o campo.

4. O despovoamento de Arroio do Só

O IBGE, em suas pesquisas, considera que há no distrito de Arroio do Só uma distinção entre população urbana e população rural. De acordo com os censos demográficos, percebe-se uma leve queda da população urbana entre 1950 e 1970 e depois uma estabilidade até os anos 2000. Já a população rural, que constitui a maioria no distrito, teve uma acentuada e continuada queda, o que demonstra que o processo de êxodo tem diminuído em relação à década de 1970, época em que o despovoamento dos campos deu-se com maior intensidade, porém tem continuado a existir. A estabilidade da população urbana do distrito pode ser explicada, especialmente, em função da existência das fábricas de cuja ⁽⁴⁾ lá instaladas e das facilidades de acesso ao posto de saúde, à escola, ao mini-mercado e aos pontos de ônibus. Observe o gráfico (Figura 6) a seguir:

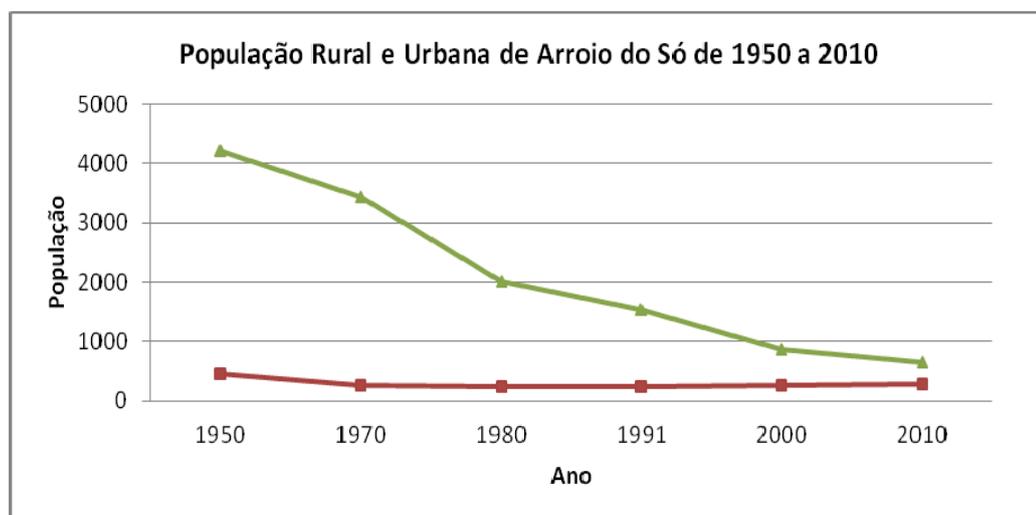


Figura 6 - População Rural e Urbana de Arroio do Só de 1950 a 2010

Fonte: Richter (1997) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 07/05/2011.

Conforme Richter (1997), no início do Século XX, a população do distrito aumentava a passos largos, impulsionada, principalmente, pela instalação da Estação Ferroviária, por onde passava a linha de trem que ligava Porto Alegre a Uruguaiana: “A pequena estação ferroviária em Arroio do Sol ⁽⁵⁾ inaugurada em 1885, serviu como ponto de referência da povoação e representou poderoso centro de atividades econômicas e sociais” (Richter, 1997: 28). Esse fato influenciou significativamente o distrito: junto com o trem, além das

pessoas e das mercadorias que ele trazia, chegavam também, novas tecnologias, influências culturais, etc. Em vista disso, o distrito progredia em ritmo mais acelerado que os outros distritos do município. Depois do acentuado crescimento ocorrido entre o final do século XIX e início do XX, a população do distrito manteve um crescimento mais moderado, mas, a partir da década de 1950, a população iniciou o processo contrário, que está em curso até os dias atuais, colocando em cheque a própria continuidade da existência do distrito no futuro, conforme se pode perceber na figura 7:

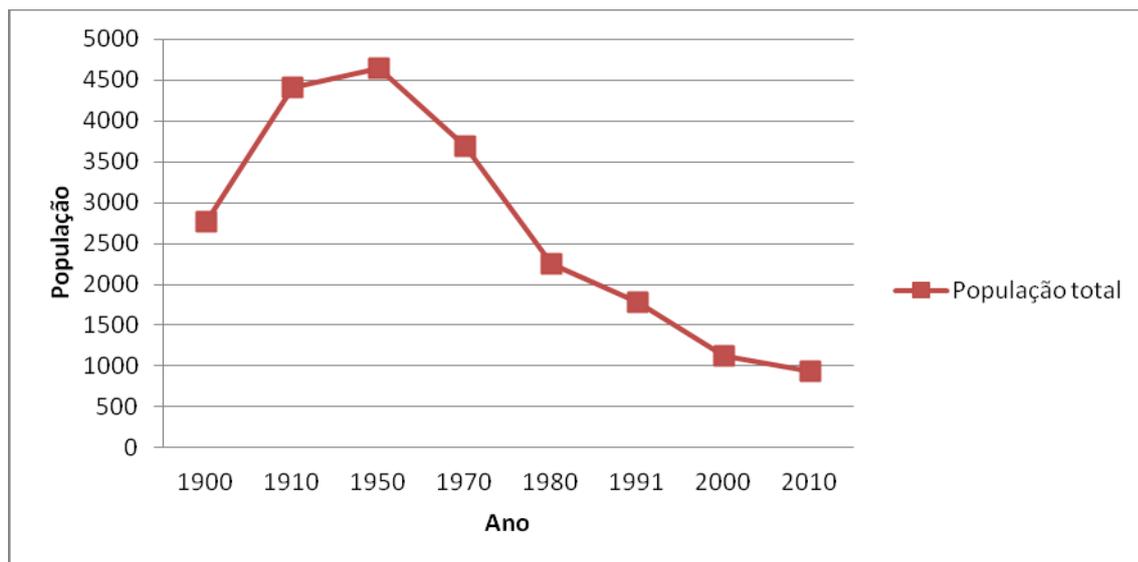


Figura 7 - População total de Arroio do Só de 1900 a 2010.

Fonte: Richter (1997) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 20/05/2010.

A autora apresenta como causa principal desse declínio, a decadência do transporte ferroviário, que, em meados do século passado, foi substituído em grande parte do mundo ocidental, pelo rodoviário em função do preço baixo do petróleo proveniente do Oriente Médio, o que resultou no fechamento da Estação localizada no distrito, tendo em vista que o trem já não transportava mais pessoas, apenas mercadorias.

O processo de despovoamento como um todo, porém, é resultado de vários fatores conjugados. Outro aspecto relevante foi a mecanização da agricultura que reduziu os postos de trabalho no campo, forçando a migração dos trabalhadores para a cidade. Conforme Richter (1997: 81), “com a modernização da lavoura, grande parte da mão-de-obra teve de ser dispensada. Os empregados rurais, substituídos pela máquina, localizaram-se em bolsões de pobreza na periferia da cidade de Santa Maria, conseguindo um subemprego ou se marginalizaram”.

A subdivisão contínua das terras entre os herdeiros também constituiu um fator de incentivo à migração, visto que, para se ter uma rentabilidade mínima na agricultura, é necessário ter

uma extensão de terra que possibilite a reprodução familiar. Tais fatores estão todos conectados entre si e geraram a carência de direitos básicos aos habitantes, tais como educação, visto que na década de 1950 não havia ensino ginasial, infra-estrutura para a comercialização dos produtos, deixando as estradas, por exemplo, em estado precário, como ainda hoje se encontram, e também, a falta de serviços básicos aos moradores da sede, que não exerciam atividades agrícolas e pagavam IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

5. As transformações socioespaciais

O despovoamento do espaço rural gerou a necessidade de adaptação por parte dos moradores a uma nova realidade social. As entrevistas realizadas com os sujeitos sociais do distrito tiveram por objetivo identificar como tais sujeitos percebem essas transformações e a leitura que fazem delas. Do total de entrevistados, 66% percebeu mudanças no distrito, 16,5% não percebeu mudanças e o restante não respondeu. Dos que notaram as transformações, 75% consideraram que as mudanças foram negativas, 15% achou que a situação no distrito melhorou e 10% não fez avaliação valorativa.

Dentre os elementos considerados negativos pelos moradores, o mais destacado foi a falta de emprego, em função do fechamento das diversas fábricas e da falta de investimentos no local. Outro fator citado com freqüência foi a falta de vizinhos, o que evidencia o sentimento de solidão e abandono vivido pelos habitantes do distrito. Além destes, outros problemas citados foram o aumento do número de roubos, mudanças na forma de viver das pessoas (alterações nos valores), fechamento do hospital, diminuição do número de crianças, o que faz reduzir a demanda por escolas nas localidades, baixa qualidade do ensino proporcionado as crianças, dependência do mercado em função de que não se produz mais para a subsistência, carência de produtos de consumo, necessidade de modernização, dificuldade em encontrar empregados em função do aumento dos custos de sua manutenção e pequena rentabilidade da produção.

As transformações avaliadas positivamente pelos moradores foram a instalação da energia elétrica, através do Programa Luz para Todos (Programa do Governo Federal que tem por objetivo a disponibilização de energia elétrica para grupos em situação de vulnerabilidade social), a imigração de alguns casais de aposentados que buscam o distrito em função da tranquilidade que ele proporciona, a efetivação do Programa Mais Alimento, a possibilidade de se atingir mais renda e o fato do campo ser um lugar calmo e sem violência.

Quando questionados sobre as influências do despovoamento no acesso às políticas públicas, as dificuldades citadas foram em relação ao acesso à escola e ao posto de saúde e ao fechamento do posto da Polícia Militar. Por outro lado, alguns fatores positivos também foram lembrados, como a preocupação das autoridades com o camponês que cultiva

alimentos, visto que se o êxodo persistir poderia comprometer o abastecimento de alimentos no país.

Em relação à organização política dos moradores, as entrevistas demonstraram que são poucas as mobilizações, sendo o Conselho Distrital ⁽⁶⁾ a única forma de organização política existente no distrito. As circunstâncias apontadas como obstáculos foram a falta de pessoas para a realização de tarefas, os limites na comunicação em função da distância entre os vizinhos e ainda o fato de o número de votos no distrito ter pouco peso em relação ao total de votantes do município. O despovoamento, portanto, gerou consequências também para o processo de participação dos camponeses na política.

Em geral, percebe-se que esse processo não ocorreu somente com as formas de lazer, mas com diversos outros elementos da vida da população de Arroio do Só. A diminuição do número de habitantes no distrito reduz a demanda por várias políticas sociais, comprometendo a garantia de que os direitos das pessoas que continuam no distrito sejam acessados.

Outro fator importante nesse processo é a dificuldade na comercialização dos imóveis, o que constituiu um forte entrave para o desenvolvimento do local:

Nas sociedades agrícolas como Arroio do Sol, o poderio econômico é simbolizado através da terra; desfazer-se dela significa despojar-se do bem mais precioso. Isso demonstra a relutância das pessoas em vender terrenos, mesmo que signifique um impulso ao desenvolvimento sócio-econômico do lugar. (Richter, 1997: 83).

A propriedade da terra ainda é considerada uma forma de prestígio social, razão pela qual as famílias proprietárias, em que pesem as dificuldades existentes, relutem em desfazer-se do patrimônio. Tendo em vista, porém, o conjunto de problemas enfrentados por muitos camponeses ao permanecer no campo e o fetiche de que a cidade é o lugar da felicidade, muitos são obrigados a colocar todo o seu patrimônio à venda. Tal fenômeno é facilmente percebido pelos cartazes que oferecem imóveis para a comercialização, como observado na figura 8:



Figura 8 - Casa a venda nas proximidades da sede em Arroio do Só

Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (julho/2010).

Um senhor aposentado residente na Localidade de Tronqueiras, Arroio do Só, comenta: “Tinha mais movimento. Cada propriedade tinha mais ou menos quinze empregados. Agora têm dois ou três. Antigamente sempre tinha rodeio. Agora não tem mais.” Nota-se, na fala desse sujeito, as percepções dos que ficaram no distrito quanto às transformações na dinâmica socioespacial que o local sofreu.

“O Arroio do Só não tem sorte. Nada funciona, tudo dá errado, nada funciona”, relata uma funcionária da subprefeitura, referindo-se aos serviços que deveriam ser prestados pelo governo municipal aos moradores do distrito, mas não são prestados, ou o são apenas parcialmente.

“Antes era bonito, cuidado, as casas eram novas. Agora é tudo velho, descuidado, muita casa pra vender e pouca gente quer comprar”, afirma uma senhora aposentada residente na sede. Convém lembrar aqui, a contribuição de Claval (1999), segundo o qual a paisagem ⁽⁷⁾ interfere na identidade das pessoas que vivem nela. Em Arroio do Só, a visão constante de casas abandonadas, ruínas, taperas, terrenos baldios provoca nas pessoas um sentimento de abandono e isolamento. Esse processo tem implicações inclusive na auto-estima de tais sujeitos, pois cria no indivíduo uma sensação de que a sua pessoa já não é mais tão importante, de que sua existência no mundo já não tem mais tanto sentido.

Um termo comumente usado pelos moradores da região para se referir a essas casas abandonadas é “tapera”, cuja origem etimológica provém do tupi-guarani. É a junção de *tawa* = taba (aldeia de índios) + *pwera* = que foi, ou seja, *aldeia que foi*, aldeia abandonada, em ruínas. Hoje, a palavra tapera é mais utilizada para se referir a uma casa abandonada, à mercê do tempo (Dias, 2009). De acordo com De David e Figueiredo (2010: 05), “as taperas constituem paisagens solitárias, ou seja, recantos esquecidos nas áreas rurais, apreendidas

como memórias que se sustentam na paisagem, no lugar, nos objetos”. A ilustração a seguir (Figura 9) é de uma tapera nas proximidades da sede do distrito, tendo sido seu antigo jardim transformado em lavoura de milho por algum morador do distrito.



Figura 9 - Uma tapera é a impressão do intenso êxodo rural na paisagem de Arroio do Só
Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (junho/2010).

Outra mudança que provocou transformações na paisagem foi a utilização do espaço rural como ambiente para descanso de pessoas abastadas que vivem no meio urbano e compraram um terreno no distrito para servir de sítio de lazer nos fins de semana e períodos de férias. Muitos moradores que vivem próximos a esses sítios estabelecem acordos com os proprietários dos terrenos e são remunerados para cuidar da manutenção dos mesmos. A figura a seguir (Figura 10) é um exemplo de uma casa de veraneio.



Figura 10 - Casa de veraneio no distrito de Arroio do Só
Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (junho/2010).

Ainda no plano das representações que os moradores fazem a respeito do êxodo rural do distrito criou-se, em função da proporção atingida por esse processo, um mito do “verdadeiro” motivo que provocou a decadência da localidade. Diz-se que um antigo padre que trabalhou no distrito havia brigado com alguns moradores e então, por causa disso, teria pregado uma maldição ao distrito. E desde então, o destino de Arroio do Só seria o fracasso. A memória dos moradores do distrito, portanto, também sofreu transformações decorrentes do despovoamento de seu espaço rural.

Transformaram-se também as formas de lazer da população. Num contexto em que há grande número de pessoas envolvidas, as possibilidades de se desenvolverem atividades mais dinâmicas aumentam, como o futebol, por exemplo: “Antigamente jogávamos muito futebol, mas agora tá fraco, porque não tem mais gente pra jogar, não tem mais gurizada”, conforme afirma outro senhor funcionário de uma fazenda também na Localidade de Tronqueiras.

Os “remanescentes” do distrito são obrigados, então, a se adequar à nova realidade. No tocante à educação acontece o mesmo processo, uma vez que, no período em que a população era maior, a Prefeitura Municipal de Santa Maria mantinha diversas escolas de ensino fundamental em funcionamento no distrito. Porém, com o escassear de estudantes nessas escolas, tornou-se menos custoso para o município centralizar a oferta nas principais sedes e disponibilizar transporte para os estudantes que moram distante da escola, do que manter diversas escolas com poucos alunos.

Os entrevistados deram algumas sugestões de possíveis fatores que promoveriam o desenvolvimento do distrito. São elas: união entre os moradores, aumento da oferta de lazer, incentivos ao comércio local, asfaltamento das estradas, planejamento, iniciativas de

lideranças políticas da própria localidade e incentivos para educação e geração de empregos.

Conforme a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria (SMDR), uma das prioridades do governo municipal, para promover o desenvolvimento social, é a fixação do homem no campo, ou seja, o estancamento do processo contínuo de êxodo rural, pois, muitas vezes, as pessoas do campo têm a ilusão de que a vida na cidade é mais fácil, mas na prática, quando chegam ao meio urbano, deparam-se com outra realidade, às vezes mais sofrida do que a do campo, em função do custo de vida, que passa a ser mais elevado, da falta de preparo para os empregos urbanos, entre outros motivos.

Por isso, tendo em vista que o município de Santa Maria importa cerca de 90% do total de alimentos que consome, a SMDR criou políticas de incentivo à produção e geração de emprego e renda à população do campo. Para isso foram criados programas que visam estimular as seguintes atividades no meio rural de Santa Maria: fruticultura, horticultura, piscicultura, bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura colonial, floricultura e apicultura. Além disso, criou o Programa Municipal de Incentivo às Agroindústrias, o Programa Municipal de Correção do Solo e o Programa Municipal de Inseminação Artificial.

Para se inscrever o produtor precisa assinar um termo de adesão, junto à SMDR. Feito isto, o agricultor passa a receber subsídios financeiros para investir em uma dessas atividades anteriormente citadas, além de assistência técnica na implantação e na manutenção das culturas e facilidades criadas pela SMDR para a comercialização dos produtos. Uma condição para tal é a participação em cursos de capacitação promovidos pela SMDR em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a fim de proporcionar ao agricultor novas aprendizagens e contatos com novas técnicas de produção. Por fim, o produtor deverá solicitar, à Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a elaboração de um projeto técnico para a implementação da nova atividade, que esteja de acordo com a viabilidade econômica, climática e estrutural da propriedade. Normalmente são os técnicos que orientam o produtor para qual atividade deverá direcionar sua produção e em qual programa deverá se inscrever. Em Arroio do Só, há alguns produtores inscritos nos programas da avicultura colonial, da piscicultura e da agroindústria.

Além disso, destaca-se a parceria entre a SMDR e a Secretaria Municipal de Turismo, para a criação de mecanismos de promoção do desenvolvimento do meio rural no município, a partir do turismo rural. O rural já não é mais apenas agrícola e, nesse sentido, as atividades ligadas ao setor do turismo têm crescido consideravelmente no espaço rural. Em Santa Maria, chama atenção dos turistas as diversidades gastronômicas, as festas, o artesanato e as belezas naturais. Especificamente em Arroio do Só, anualmente é realizada a Festa do Porco e do Porongo, a qual valoriza os aspectos locais do distrito: a produção de porongos,

a gastronomia (porco assado) e o artesanato, especialmente a produção de cuias (feitas a partir dos porongos).

Tais políticas revelam-se positivas no sentido de promover e valorizar a localidade, porém ao mesmo tempo, insuficientes diante do processo de subordinação da agricultura à indústria e da desigualdade na distribuição das terras do distrito. De fato, nas entrevistas, eram raros os comentários a respeito dessas políticas no distrito, o que demonstra, de certa forma, a falta de investimentos em políticas públicas voltadas ao meio rural, tanto a nível local, quanto nacional.

Para a subprefeitura do distrito, a principal causa do despovoamento é a mecanização do campo. Todavia, destaca que apesar das consequências negativas do despovoamento do distrito, houve avanços, tais como a melhoria da qualidade da iluminação pública e os programas da prefeitura municipal de incentivo à produção, ou seja, hoje a população do distrito tem acesso a serviços que na época dos “anos de ouro” não se tinha. A escola do distrito, que atende também os estudantes do Ensino Médio tem contribuído para manter os jovens no distrito, mas não tem sido suficiente. Apesar do funcionamento da escola na sede do distrito, ainda assim, muitos jovens preferem migrar para a cidade de Santa Maria para realizar seus estudos.

A questão do peso político que os votos do distrito representam também foi apontada como um fator dificultante ao acesso a serviços públicos. Havendo pouco retorno em termos de votos, os políticos não priorizam o distrito e o espaço rural como um todo para fins de políticas e serviços públicos. Os investimentos, portanto, são direcionados aos espaços que posteriormente poderão beneficiar eleitoralmente os políticos que estão no poder.

A subprefeitura relatou ainda que o Conselho Distrital possui força e a apóia, porém “funciona meio precário”. Há muitas ausências de membros nas reuniões obstando a atuação do Conselho. Nesse sentido, o despovoamento do distrito tem dificultado a organização política dos moradores do distrito, em função da falta de apoio à subprefeitura quando dos momentos de reivindicações de pautas específicas do distrito junto à prefeitura, por exemplo. Se o distrito fosse mais populoso, o subprefeito teria mais legitimidade e seus argumentos teriam mais peso para exigir da prefeitura o cumprimento de seus deveres e os investimentos necessários ao desenvolvimento do distrito ⁽⁸⁾.

Para a subprefeitura, uma alternativa para o desenvolvimento do distrito é fazer com que os impostos pagos pelos moradores do distrito sejam destinados à subprefeitura e administrados por ela. Não havendo esta opção por questões legais, ele cita como proposta, que a prefeitura municipal disponibilize mais funcionários para trabalhar especificamente nos distritos. Essa medida iria facilitar o acesso dos moradores a diversos serviços públicos atualmente priorizados aos cidadãos.

As informações até aqui evidenciadas permitem inferir que o despovoamento do distrito gerou diversas transformações socioespaciais que se expressam de diversas formas: nas relações e representações sociais, na identidade dos moradores, na estrutura agrária, no acesso aos serviços públicos, nas formas de lazer e na participação política.

6. Considerações finais

Nas paisagens rurais de Arroio do Só estão presentes as modernas lavouras de soja e arroz, intensas em tecnologia. As transformações resultantes da modernização da agricultura, fenômeno que se deu de forma mais acentuada no Centro-Sul brasileiro, foi responsável pelo processo que dispensou a força de trabalho, obrigada a migrar para as áreas urbanas. Conjugada com outros fatores, como o declínio ferroviário, o êxodo rural foi particularmente mais intenso nesse distrito. De um passado marcado pelo dinamismo das atividades econômicas e pela pujança de uma sociedade que dispunha de comércio e serviços a população local assistiu a decadência e a estagnação de seu lugar de vivências. Não há mais hospital, clube social, lojas e, em alguns casos, nem vizinhos.

O despovoamento do espaço rural do distrito de Arroio do Só gerou, para os camponeses que permaneceram no local, a necessidade de adaptação a uma nova realidade, a qual é caracterizada da seguinte forma: embora haja uma preocupação por parte das lideranças políticas com relação à continuidade do êxodo, o que leva à criação de políticas que promovem a permanência dos agricultores no campo, a redução da população rural leva a uma diminuição da importância atribuída pelas autoridades e pela sociedade em geral a esses camponeses, por estarem em um número reduzido vivendo no campo. Isso significa que em diversas situações esses grupos sociais encontram mais dificuldades do que outros no acesso aos seus direitos.

Foi sendo construída, portanto, ao longo do tempo, uma nova dinâmica social no distrito, caracterizada pela baixa densidade demográfica, pelo predomínio de homens e pessoas idosas no conjunto da população, por certo descaso por parte do Estado para a prestação adequada de serviços públicos, pela deficiência na oferta de empregos, lazer, saúde, educação, saneamento, transporte, entre outros. O campo de Arroio do Só, em que pese a dinâmica produtiva da agricultura moderna, tornou-se, por fim, um espaço lento e silencioso, marcado pelos sentimentos de solidão e abandono que se expressam em suas paisagens e contagiam seus habitantes.

Notas

(1) Trabalho realizado com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS – Edital 01/2009) e do CNPq (Edital MCT/CNPq 14/2009 – Universal).

- (2) Os censos demográficos anteriores ao de 1991 não informam a diferenciação por sexo específica do distrito.
- (3) O urbano do distrito de Arroio do Só se distingue do rural a partir de uma linha muito tênue, porque é um urbano cercado pelo rural. Para fins de compreensão, adotou-se neste artigo o entendimento de meio urbano o perímetro que compreende a sede do distrito.
- (4) Cuia é um recipiente fabricado a partir do porongo, fruto de uma trepadeira da família das cucurbitáceas. É utilizada para tomar chimarrão, prática muito comum no Rio Grande do Sul. Grande parte dos camponeses do distrito planta porongo.
- (5) A autora utiliza esse tipo de denominação por não pensar que o nome Arroio do Só é um tanto pejorativo para uma localidade com tantos pontos positivos. Em alguns documentos, encontra-se essa denominação, porém o verdadeiro nome do distrito é Arroio do Só. Reza a lenda que esse nome surgiu por causa de um senhor que vivia sozinho ao lado do arroio que corta o distrito.
- (6) O Conselho Distrital reúne-se mensalmente para discutir os problemas do distrito e elaborar propostas de políticas públicas. É constituído por dois representantes de cada uma das localidades do distrito, três representantes da sede, além do subprefeito.
- (7) Claval (1999) entende a paisagem como um documento-chave para compreender as culturas, pois carrega as marcas da cultura e serve-lhe de matriz. Postula que é essa “marca que o homem impõe à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas”. (1999: 24). Para o autor a paisagem cultural é a expressão da ação do homem sobre seu meio, de suas escolhas e de suas técnicas de produção. Por isso, é necessário fazer uma análise metódica da paisagem, através de seus sinais e símbolos, a fim de identificar as visões dos grupos humanos, os seus valores e a ideologia dominante naquele grupo.
- (8) Fagundes (2010), ao estudar esse processo no distrito, constatou, através das evidências anteriormente elencadas, a condição de pobreza política presente nos moradores da localidade.

Referências

- Abramovay, R. e Camarano, A. (1999). *Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1209
- Boni, V. e Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2 (1), 68-80.
- Claval, P. (1999). *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- De David, C. e Figueiredo, L. (2010). Paisagens Solitárias: As taperas no sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: *I Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio E Projeto*. Belo Horizonte, 09 a 12 de agosto, Faculdade de Arquitetura da UFMG.
- Dias, A. (2009). *Lagoa da Pedra e Cana Brava: Escolhas Lexicais*. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/cilbelc/jornal/maio09/content16.html> Acesso em: 07 de maio de 2011.

Fagundes, L. (2010). *A pobreza rural no distrito de Arroio do Só, Santa Maria/RS*. Trabalho de Graduação. Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

FEE. *Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul*. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/pt/content. Acesso em 20/05/2010

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M. e Gaskell, George (Coord). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.

IBGE. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: www.ibge.gov.br/sidra. Acesso em 20/05/2010

Martine, G. (1987). Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: Garcia, R. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés.

Richter, E. (1997). *História Social de Arroio do Sol*. Santa Maria: UFSM.

Safiotti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Fecha de recibido: 19 de octubre de 2011

Fecha de aceptado: 14 de junio de 2012

Fecha de publicado: 21 de diciembre de 2012